



O ENSINO SUPERIOR E A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO

HIGHER EDUCATION AND INTERNATIONALIZATION AT THE UNIVERSITY OF
SÃO PAULO

EDUCACIÓN SUPERIOR E INTERNACIONALIZACIÓN EN LA UNIVERSIDAD DE
SÃO PAULO

Selma Regina Olla Paes de Almeida¹

RESUMO:

Este artigo pretende analisar e discutir a internacionalização do ensino superior no Brasil e, em especial, na Universidade de São Paulo. O objetivo é analisar as diferentes concepções de internacionalização do ensino superior, compreendendo as implicações e ideologias contidas em cada uma delas; discutir os impactos que a internacionalização fomentada por organismos internacionais acarretam para as universidades brasileiras; analisar o modelo de internacionalização exercido pela Universidade de São Paulo e as consequências dessa política na realidade acadêmica. O aporte teórico é baseado em Ortiz (2007), Santos (2001) e Mignolo (2000), para referenciar os conceitos de mundialização e globalização; Mignolo (2000) e Pennycook (2007) que traçam um panorama histórico do processo de globalização na América e sua relação com o conhecimento acadêmico; Slaughter e Leslie (2001), que discorrem acerca do conceito de capitalismo acadêmico; Gibbons *et al.* (1997) que analisam a conversão das universidades como indústrias de conhecimento que movimentam bilhões de dólares; Altbach (2001) e Miúra (2006), que analisam a internacionalização das universidades; Morosini (2011), Didriksson (1997), Lima e Maranhão (2009) e Vuilletet (2005), que discorrem acerca dos modelos e conceitos de internacionalização existentes. As metodologias empregadas foram: pesquisa bibliográfica sobre o tema, pesquisa descritiva e exploratória em que analisamos a internacionalização da Universidade de São Paulo. Como resultado, foi possível depreender que os modelos de internacionalização propostos por *rankings* e por organismos internacionais visam privilegiar as intuições que detêm as lideranças acadêmicas e não refletem a realidade da maioria das universidades brasileiras. Também foi possível verificar que a Universidade de São Paulo

¹ Mestra em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH USP). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3363-0128>. E-mail: selmareolla@gmail.com.



reproduz o modelo vigente que não necessariamente condiz com a realidade acadêmica da própria universidade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Internacionalização. Universidade. Educação.

ABSTRACT:

This article aims to analyze and discuss the internationalization of higher education in Brazil and, in particular, at the University of São Paulo. The objective is to analyze the different conceptions of internationalization of higher education, understanding the implications and ideologies contained in each of them; discuss the impacts that internationalization promoted by international organizations has on Brazilian universities; analyze the internationalization model exercised by the University of São Paulo and the consequences of this policy in the academic reality. The theoretical contribution is based on Ortiz (2007), Santos (2001) and Mignolo (2000), to reference the concepts of and globalization; Mignolo (2000) and Pennycook (2007) who outline a historical overview of the globalization process in America and its relationship with academic knowledge; Slaughter and Leslie (2001), who discuss the concept of academic capitalism; Gibbons *et al.* (1997), which analyzes the conversion of universities into knowledge industries that generate billions of dollars; Altabach (2001) and Miúra (2006), who analyze the internationalization of universities; Morosini (2011), Didriksson (1997), Lima and Maranhão (2009) and Vuilletet (2005), who discuss existing internationalization models and concepts. The methodologies used were: bibliographical research on the topic, descriptive and exploratory research in which we analyzed the internationalization of the University of São Paulo. As a result, it was possible to infer that the internationalization models proposed by rankings and international organizations aim to privilege institutions that hold academic leadership and do not reflect the reality of the majority of Brazilian universities. It was also possible to verify that the University of São Paulo reproduces the current model that does not necessarily match the academic reality of the university itself.

Keywords: Higher Education. Internationalization. University. Education.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar y discutir la internacionalización de la enseñanza superior en Brasil y, en particular, en la Universidad de São Paulo. El objetivo es analizar las diferentes concepciones de internacionalización de la educación superior, comprendiendo las implicaciones e ideologías contenidas en cada una de ellas; discutir los impactos que la internacionalización promovida por organismos



internacionais tiene en las universidades brasileñas; analizar el modelo de internacionalización ejercido por la Universidad de São Paulo y las consecuencias de esa política en la realidad académica. El aporte teórico se basa en Ortiz (2007), Santos (2001) y Mignolo (2000), para referenciar los conceptos de mundialización y globalización; Mignolo (2000) y Pennycook (2007) quienes esbozan un panorama histórico del proceso de globalización en América y su relación con el conocimiento académico; Slaughter y Leslie (2001), quienes analizan el concepto de capitalismo académico; Gibbons *et al.* (1997), que analiza la conversión de las universidades en industrias del conocimiento que generan miles de millones de dólares; Altabach (2001) y Miúra (2006), que analizan la internacionalización de las universidades; Morosini (2011), Didriksson (1997), Lima y Maranhão (2009) y Vuilletet (2005), quienes discuten los modelos y conceptos de internacionalización existentes. Las metodologías utilizadas fueron: investigación bibliográfica sobre el tema, investigación descriptiva y exploratoria en la que analizamos la internacionalización de la Universidad de São Paulo. Como resultado, fue posible inferir que los modelos de internacionalización propuestos por *rankings* y organismos internacionales apuntan a privilegiar instituciones que ostentan liderazgo académico y no reflejan la realidad de la mayoría de las universidades brasileñas. También fue posible verificar que la Universidad de São Paulo reproduce el modelo actual que no necesariamente coincide con la realidad académica de la propia universidad.

Palabras-clave: Enseñanza Superior. Internacionalización. Universidad. Educación.

INTRODUÇÃO

A internacionalização das universidades tem sido disseminada massiva e homogeneamente, a ponto de naturalizarmos esse discurso e cair na falácia de que há igualdade nos processos de internacionalização entre as universidades, não levando em consideração que, por exemplo, uma universidade com poucos recursos não tem como se internacionalizar da mesma forma como universidades grandes e que recebem altos valores de investimentos.

Nosso objetivo é analisar quais são concepções de internacionalização do ensino superior que regem as políticas acadêmicas, buscando compreender as ideologias por elas fomentadas e as implicações e desdobramentos ocasionados por cada uma delas. Também intencionamos discutir os impactos que a

internacionalização fomentada pelos *rankings* e organismos internacionais acarreta para as universidades brasileiras.

Após essa discussão, pretendemos, mais detidamente, analisar o modelo de internacionalização que é exercido pela Universidade de São Paulo, quais são as políticas de internacionalização fomentadas pela universidade, analisando como elas ocorrem e contrastando com os dados da própria universidade, refletindo acerca dos impactos dessas políticas na realidade acadêmica.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram variados: inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a internacionalização das universidades. Para detalhar as políticas de internacionalização da Universidade de São Paulo, utilizamos a pesquisa descritiva; também fizemos uso da pesquisa exploratória, pois havia dados inéditos sobre a universidade que ainda não haviam sido analisados.

PANORAMA HISTÓRICO

A internacionalização do ensino superior tornou-se um assunto prioritário no cenário das universidades nas duas últimas décadas. Compõe agendas de reitores, análises teóricas, sendo tema de debates e plataformas políticas e vem sendo consolidada em propostas e práticas em um contexto político e econômico que precisa ser mencionado, porque a internacionalização do ensino superior não é um fenômeno isolado.

Como uma espécie de mantra que estabelece um estado coletivo de contemplação e de aceitação, planos pedagógicos institucionais, editais lançados por agências de fomento, projetos e programas nacionais e internacionais, índices de avaliação institucional, critérios de avaliação de produção científica, *rankings* universitários e inclusive estratégias em campanhas eleitorais a reitorias são alguns dos exemplos em que a internacionalização aparece de forma naturalizada, como vocabulário recorrente (Martinez, 2017, p. 84).

Marx e Engels (2009) afirmam que as ideias da classe dominante são dominantes em todas as épocas, e é essa classe que mantém o poder material da sociedade ao mesmo tempo em que mantém o seu poder espiritual. Por meio deste poder, ela apresenta os seus interesses como sendo os interesses de todos os

membros da sociedade. Suas ideias são as ideias dominantes, sendo assim, essa classe regula a produção e distribuição de ideias e por meio dessa ideologia dissemina uma visão de mundo que não é real - trata-se do ponto de vista de uma classe social -, mas sim, a representação do real, disseminando suas ideias como verdades universais.

Essas representações se corporificam num estoque de temas e figuras que são repetidos na maior parte dos discursos produzidos em determinada formação social concreta. Essas visões de mundo são denominadas formações ideológicas que são materializadas por meio da formação discursiva, que é o conjunto de temas e figuras pelos quais as formações ideológicas são corporificadas (Fiorin, 1988, p. 13).

Na citação de Martinez, é possível observar essas formações ideológicas circulando nos espaços acadêmicos. Como bem colocado pela autora, a internacionalização se tornou um mantra que estabelece um estado de contemplação e aceitação pelas universidades, mais especificamente, as universidades que se encontram fora do eixo América do Norte – Europa Ocidental².

Miúra discorre sobre a ideologização da internacionalização afirmando que:

Stier (2002) cunhou o termo ‘ideologização’ para criticar os (policy-makers), os responsáveis pela elaboração das políticas nas universidades, pois existe em certas instituições uma ênfase demasiada à internacionalização como meta fundamental a ser atingida. A premissa dessa ideologização é que a internacionalização seja algo bom em si mesmo. As universidades devem, além de atender as demandas do mercado, com a mesma atenção atender as necessidades locais de pesquisa e desenvolvimento (Miúra, 2006, p. 14).

Desta forma, é importante ter em mente que os processos de internacionalização são constituídos de diferentes formas e que o modelo disseminado por esses formuladores de políticas não é a realidade da maior parte das universidades

² Não há um entendimento único acerca da conceptualização do termo Europa Ocidental. Para este artigo nos baseamos nos critérios utilizados pela UNESCO, que se baseia em princípios histórico-sócio-culturais.

tanto no Brasil quanto no exterior.

A internacionalização das universidades ocorre no contexto da globalização da economia e da mundialização³, intensificada no século XX, que implica a conexão mundial de culturas e campos da vida humana, em um fenômeno analisado sob óticas diferentes, por diversos autores, dentre eles Renato Ortiz (2007), Milton Santos (2001) e Mignolo (2000), refletindo em todos os âmbitos sociais e, cada vez mais, no campo da educação, especialmente no ensino superior.

Para a escrita deste artigo utilizamos a compreensão defendida por Milton Santos de uma globalização perversa, cujo resultado de suas ações garante a necessidade de um mercado global, responsável pelo substancial dos processos políticos, em que a tirania do dinheiro e da informação fornecem as bases do sistema ideológico e a competitividade é a fonte de novos totalitarismos: “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2001, p. 23).

Mignolo (2000), em um resgate histórico, destaca três momentos do processo de globalização. O primeiro, vinculado a um processo de cristianização, emergente de um novo mercantilismo escravocrata e associado à descoberta da América. O segundo, vinculado a um processo civilizador e de esclarecimento, em que o objetivo era propagar os conhecimentos e a cultura europeia como modelo de civilização. E o último, relacionado ao desenvolvimento e à modernização cujo objetivo era ajudar no suposto progresso dos países.

Pennycook (2007) sustenta que esse terceiro momento foi um período de destaque e propagação do conhecimento acadêmico ocidental. E ainda acrescenta dois aspectos ao momento de desenvolvimento e modernização:

[...] isso se fundiu ao design de capitalismo/universalismo, quando o capital internacional e um conceito da universalidade humana governou as relações humanas na última parte do século XX; e, finalmente, ao design de corporatização/globalização, quando a

³ Ortiz (2007) diferencia globalização e mundialização, o autor emprega o primeiro termo para referir-se aos processos econômicos e tecnológicos, enquanto o segundo conceito é atribuído aos processos culturais.



globalização assumiu a partir de conceitos do mundo universais e internacionais, e a corporatização de muitos níveis da sociedade – desde negócios até instituições que eram formalmente vistas como parte do Estado (educação, saúde, transporte) - que predomina dentro de uma nova política neoliberal para o mundo (Pennycook, 2007, p. 26, “tradução nossa”).

Desta forma, atrelada à noção desenvolvimentista, a globalização difundiu o conceito de universalidade e introduziu a corporatização em diversos níveis da sociedade, inclusive em instituições estatais, cuja dinâmica de governabilidade não deveria ser a capitalista. Nessa conjuntura, de forma exponencial, a educação – em especial, as universidades -- vem sofrendo esse processo.

De acordo com Krawczyk (2008), a partir dos anos 80, nos países centrais, e nos anos 90, na América Latina, houve uma série de reformas que modificaram a relação entre universidade e Estado, e universidade e economia. Por sua vez, essa relação acarretou, dentre outras alterações, uma inversão na lógica do serviço prestado pelas universidades, em cuja orientação era demandada pelo social e pelo mercado:

As políticas nacionais vêm gradualmente mudando o foco de ensino e pesquisa nas universidades públicas, deixando de ter como principal preocupação as indagações e curiosidades científicas e passando a privilegiar os interesses comerciais e estratégicos (Krawczyk, 2008, p. 43).

Para a autora essas características mostram que houve uma mudança no modelo de políticas universitárias, antes baseadas no desenvolvimento econômico nacional, e desde então passou a ser regido pelos interesses particulares do mercado.

Diante deste cenário, Slaughter e Leslie (2001) desenvolveram o conceito de capitalismo acadêmico, que define a forma como as universidades públicas de pesquisa, respondendo às tendências neoliberais, sujeitam a política universitária à política econômica. De acordo com os autores, no capitalismo acadêmico o corpo docente e os administradores são impelidos a entrar na lógica competitiva para a captação de recursos públicos ou privados, fazendo com que os projetos venham a ser desenvolvidos para atender à demanda do mercado.

Gibbons *et al.* (1997, p. 99 e 104) destacam que algumas universidades vêm se tornando uma indústria do conhecimento que movimenta bilhões de dólares, respondendo de forma direta e efetiva às necessidades da indústria e do mercado de trabalho. Assim, novos dispositivos institucionais das Instituições de Ensino Superior (IES) e os novos lugares de produção de conhecimento conduziram à adoção de modelos de gestão, considerados pelo autor mais efetivos que as aproxima de um modelo de gestão semelhante ao de grandes empresas. Afirmam ainda: “necessariamente quando a universidade se converteu em uma instituição centrípeta mais eficiente, o conhecimento produzido pela mesma se tornou mais incoerente e centrífugo” (Gibbons *et al.*, 1997, p. 99, “tradução nossa”).

É neste contexto de globalização e mundialização que a internacionalização, como desdobramento do capitalismo acadêmico, se desenvolve e passa a reger parte das políticas universitárias. Knight (2004, p. 5, “tradução nossa”) declara que “a internacionalização está mudando o mundo do ensino superior, e a globalização está mudando o mundo da internacionalização”.

A globalização exerce impactos na internacionalização do ensino superior em razão da necessidade que o ambiente acadêmico tem de acompanhar as necessidades da sociedade, estimulando as IES a promover a mobilidade internacional da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários administrativos). Essa mobilidade exerce papel central na internacionalização do ensino superior, pois, por meio do intercâmbio universitário entre diversas culturas de variados países, promove melhor compreensão e interação dessa diversidade social, cultural e científica (Altbach, 2001).

Embora a mobilidade seja central no atual contexto da internacionalização, há muitas outras formas de promovê-la, conforme aponta Miúra:

As parcerias internacionais caracterizam-se pelos acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores; enquanto ensino engloba aspectos relacionados ao desenvolvimento da estrutura curricular com conteúdo internacional, importância da aprendizagem de uma língua estrangeira, utilização da literatura e inserção do ensino em língua



estrangeira e, o treinamento intercultural (Miúra, 2006, p. 72).

Há programas de pós-graduação altamente internacionalizados com redes acadêmicas consolidadas, com publicações internacionais conjuntas, que recebe pesquisadores estrangeiros e envia pesquisadores brasileiros para lecionar ou palestrar em universidades estrangeiras. Por outro lado, há programas com poucas ou nenhuma atividades de internacionalização (Morosini, 2011).

O modelo de universidade com processos e estratégias de internacionalização que respondem ao contexto de globalização dos mercados e do capitalismo acadêmico implica trajetórias em um fluxo denominado eixo vertical, cujas políticas de cooperação ocorrem no sentido Norte-Sul Global, nesse movimento está a ideia de que “a cooperação vertical geralmente significa a relação entre doadores e beneficiários e a noção de desenvolvimento é caracterizada pela ideia de ajuda ou assistência” (Knight, 2005, p.15, “tradução nossa”).

Nesta dinâmica as práticas de internacionalização legitimam certas IES da Europa Ocidental e dos Estados Unidos como se fossem superiores a outras, de forma que aquelas atuam de maneira a transmitirem o seu conhecimento a estudantes e pesquisadores de IES do Sul Global.

Morosini (2011) indica que esse é um modelo de Cooperação Internacional Tradicional (CIT), caracterizado pelo fortalecimento dos mercados das IES da Europa Ocidental e dos EUA. Representa a hegemonia dos países que histórica e ideologicamente atuam como colonizadores, também representa ainda a imposição cultural e até institucional do fluxo dos processos de internacionalização do ensino superior.

Na CIT prevalecem os conceitos de mercado, os quais consideram a educação superior como um segmento de exportação de seus serviços, em que países e instituições competem entre si por demandas de sujeitos e consumidores, e também por ideias e influências (DIdriksson, 1997; Unesco, 1995).

Lima e Maranhão (2009) utilizam o termo Internacionalização Ativa para referir-se ao padrão de internacionalização existente nos países centrais que tem como

objetivos implantar políticas de Estado que visem atrair e acolher estudantes estrangeiros, oferecer serviços educacionais no exterior, exportar programas e instalar instituições ou *campi* no exterior. Por não levar em conta necessariamente as especificidades locais, ela também é denominada de internacionalização hegemônica.

Nesses modelos de internacionalização a educação torna-se mercadoria, um item que pode ser comercializado. Stier (2004) afirma que uma das ideologias presentes no campo da internacionalização é a instrumentalista. Nesta concepção o ensino superior é considerado “um meio de maximizar o lucro, garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, ou transmitir ideologias desejáveis de governos, corporações transnacionais, grupos de interesse ou regimes supranacionais” (p. 90, “tradução nossa”). No entanto, essas práticas podem afetar a soberania das nações envolvidas, enquanto nos países do Norte Global a internacionalização costuma ser denominada de vertical, tradicional ou ativa, nos do Sul Global ela é caracterizada pelos termos passivo ou horizontal.

Na internacionalização passiva, presente na maioria dos países semiperiféricos ou periféricos, os estudantes ou pesquisadores são enviados às IES de países centrais para adquirirem os conhecimentos que estas detêm no intuito de, ao regressarem a seus países de origem, contribuir na modernização e desenvolvimento de alguns setores (Vuilletet, 2005).

Este tipo de internacionalização praticado mantém o desequilíbrio que historicamente existe entre os países do norte e os do sul e reforça o colonialismo que impera nessas relações:

[...] enquanto o termo ativo sugere a formação de uma visão positiva, associada à inteligência daquele que exerce ação direta sobre algo ou alguém com a intenção deliberada de gerar resultados previamente estabelecidos; o termo passivo, ao contrário, assume conotação negativa porque associada à subalternidade, à dependência daquilo ou daquele que é objeto de determinada ação (Lima; Maranhão, 2009, p. 585).

Didriksson (1997) propõe um modelo de internacionalização para a América Latina e Caribe denominado de Cooperação Internacional Horizontal (CIH).

Diferentemente da CIT, a CIH se baseia na análise social desde uma perspectiva crítica e na ideia de consciência e solidariedade internacional.

Neste modelo, o objetivo é desenvolver as capacidades próprias ou as potencialidades locais e regionais, de maneira que os atores locais sejam os principais responsáveis pela elaboração de propostas, programas e projetos de mudanças e os principais atores no processo de transformação (Didriksson, 1997).

No Brasil, há uma tendência histórica de os estudantes reconhecerem e buscarem destinos do Norte Global para realizarem suas mobilidades acadêmicas, de maneira a garantirem uma formação europeia ou estado-unidense tanto no aspecto acadêmico quanto no cultural, como se apenas as IES dos países centrais fossem as únicas consideradas de excelência no mundo.

Excelência que é reconhecida por meio de *rankings*, como veremos mais adiante. No entanto esses indicadores “são baseados em critérios errados, ou limitam excessivamente os propósitos do ensino superior, ou exacerbam a concorrência e/ou são metodologicamente falhos” (Marginson, 2014, p. 45).

Alguns indicadores apresentam diversos fatores contestáveis como métricas geográficas e orçamentárias enviesadas (Cabello et al., 2019), falta de padronização quanto às metodologias utilizadas, falta de instrumentos mais sofisticados para avaliação, diferença de peso entre ciências exatas e humanidades, heterogeneidade dos dados utilizados (Charon; Wauters, 2008).

Alguns deles são financiados por instituições ou grupos políticos e econômicos que têm interesse em tornar o processo formativo, ofertados pelas IES em um mercado rentável, em áreas do conhecimento específicas e estratégicas para também atingir esse objetivo (Marginson, 2014).

Embora haja um modelo de internacionalização idealizado e exigido pelos *rankings*, poucas são as universidades brasileiras com condições de implementá-lo pois

O ranking reforça as vantagens das principais universidades. Ele celebra seu status e impulsiona mais dinheiro e talento para eles, ajudando-os a permanecer no topo. É difícil para pessoas de fora, universidades e países emergentes entrarem. As classificações não são 'justas' para as universidades concorrentes. As posições iniciais

são obviamente desiguais (Marginson, 2014, p.46).

Neste sentido, com pouco financiamento, a maior parte das IES brasileiras desenvolvem seus programas de cooperação de forma distinta dos modelos propostos pelos *rankings*. Muitas delas concentram seus esforços em cooperações locais e regionais. Os tipos de atividades desenvolvidas variam de acordo com as necessidades e possibilidades que cada instituição apresenta.

Diferentemente dessas IES, a lógica estabelecida pelos *rankings* rege o conjunto das atividades de internacionalização realizadas na Universidade de São Paulo (USP), principalmente quando se verifica o estabelecimento de convênios com outras IES estrangeiras.

Conforme dados oficiais (USP/VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 2019), em 2018 havia 1.897 instituições conveniadas com a USP distribuídas em 73 países. Apesar de muitos países presentes, a quantidade de IES em cada um deles que firmaram acordos com a USP varia consideravelmente. Quanto mais ao Norte Global o país se encontra, mais instituições com parcerias com a USP eles têm.

Das 1.897 IES conveniadas, 812 se concentravam em seis países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Isso representa um percentual de 43% do total de convênios firmados apenas com IES de países como Alemanha, França, Espanha, Estados Unidos, Itália, Reino Unido e Portugal, enquanto os outros 57% são com IES espalhadas pelos demais 66 países.

Tendo em vista esses dados, perguntamo-nos ao longo deste artigo: O trajeto adotado pela USP, que prioriza as parcerias com instituições dos países do norte e reitera o colonialismo presente nessas relações, será o mais adequado para estabelecer parcerias acadêmicas que contribuam para o fortalecimento científico e econômico das entidades e dos contextos envolvidos?

Há possibilidades de propor e organizar percursos formativos que intercambiem experiências e conhecimentos, que ampliem oportunidades e que favoreçam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão entre países e IES para além desse eixo Hemisfério Sul-Europa Ocidental? Debater essas questões pode nos



permitir compreender o contexto da internacionalização, assim como rediscutir alternativas.

ENTENDIMENTOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO

Os processos de internacionalização oportunizam às universidades a partilha de experiências didáticas, científicas, culturais com instituições universitárias estrangeiras e com sua comunidade, tanto interna quanto externamente, bem como permite aproximações e distanciamentos com as realidades em que essas instituições estão inseridas.

Para a realização dos processos e das atividades de internacionalização é necessário que as instituições envolvidas estabeleçam acordos, convênios ou protocolos institucionais. Essas parcerias podem ser firmadas pela universidade, como um todo; pelas faculdades e institutos específicos; ou, ainda por apenas um setor de determinada repartição. Para a formalização dessas parcerias, é recorrente a mediação de docentes que desenvolvem ou já desenvolveram trabalhos com essas instituições estrangeiras ou com docentes a elas vinculados.

De forma concreta, instauram-se possibilidades de realizar pesquisas conjuntas; enviar e receber estudantes no âmbito do ensino, para que possam cursar disciplinas no formato de intercâmbio estudantil e cumprir atividades de estágio nas IES que apresentam essa atividade no seu programa; enviar e receber funcionários, de modo que possam vivenciar formação acadêmica e práticas profissionais das instituições que os recebem.

Também implica na ida e vinda de professores para ministrarem cursos e palestras nas suas respectivas áreas de conhecimento; e ainda desempenhar atividades de extensão conjunta, como congressos ou cursos para a comunidade acadêmica e para a comunidade externa, a fim de compartilhar conhecimentos e trilhar caminhos que contribuam para a formação pessoal e profissional de todos os envolvidos.

No entanto, essas atividades dependem de financiamentos das instituições ou



de órgãos de fomento a elas vinculados. Desta forma, grandes partes das universidades brasileiras, que têm limitações quanto aos recursos a elas destinados, não conseguem desenvolver seus programas de internacionalização realizando todas as atividades anteriormente mencionadas.

Nos últimos anos as universidades vêm instaurando políticas, programas e estratégias em níveis nacional, setorial e institucional, no entanto as discussões que orientam essas práticas estão sendo pautada por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e a UNESCO (Laus, 2012). Por meio de indicadores, diagnósticos, relatórios, medidas e metas essas organizações exercem influência em propostas e políticas nacionais voltadas à educação superior. Como consequência, as agências de fomento brasileiras se fundamentam nos parâmetros recomendados por esses organismos para estabelecer critérios de avaliação para a promoção da pesquisa e o financiamento do ensino superior.

As agências de fomento no Brasil assumem um papel orçamentário fundamental para o desenvolvimento de pesquisas científicas nas universidades. Como resultado, as agências orientam os rumos que as IES devem tomar para conseguirem financiamento.

Isto posto, o modelo de internacionalização instituído pelos organismos internacionais pode ocasionar as seguintes consequências para o ensino superior brasileiro: a primeira é reduzir a educação superior a um mercado rentável, restringindo a finalidade da universidade à mera prestação de serviço com fins altamente comerciais (Santos, 2004), conforme veremos mais adiante.

Laus (2012) aponta como outro efeito, o “exercício de homogeneização daquilo que não é homogêneo” (p. 259), ou seja, a padronização dos cursos baseados nos moldes de universidades europeias, a imposição do inglês como a língua de comunicação no espaço universitário e de divulgação científica e a necessidade de se adequar aos parâmetros que permita à IES atingir elevadas posições nos *rankings*

acadêmicos internacionais.

Ademais, o efeito da homogeneização empobrece a experiência de intercâmbio, pois muitas vezes, impossibilita a comunidade acadêmica estrangeira de vivenciar a língua e a cultura locais, fazendo com que a língua de comunicação seja unicamente a inglesa, independentemente do país de destino.

Universidades como a Universidade de Šiauliai, na Lituânia, por exemplo, recebem estudantes estrangeiros bolsistas do Programa *Erasmus Mundus*, no entanto esses alunos são acolhidos em turmas específicas de alunos intercambistas.

Desse modo, trocam experiências com colegas de sala que vêm de outras partes do mundo, mas ficam alijados de compartilhar experiências com alunos locais, lituanos. O fato de a língua que circula nos espaços acadêmicos que estes estudantes vivenciam ser exclusivamente o inglês dificulta a oportunidade de aprenderem uma nova língua.

Essas turmas segregam os estudantes e os restringem a estarem apenas com colegas também estrangeiros, tolhendo-lhes a oportunidade de conviver com os estudantes nativos e de conhecer com maior profundidade o contexto no qual estão inseridos.

Na prática, esses estudantes acabam não tendo a possibilidade de imergir na cultura – tanto acadêmica como social – lituana de fato, pois a vivência que lhes está sendo oportunizada é a de viver com estudantes de outras nacionalidades e de compartilhar apenas entre si as diferenças culturais e acadêmicas de seus contextos, não necessariamente, a do país que os está acolhendo no momento do intercâmbio. É uma experiência com pessoas estrangeiras, mas não com a cultura universitária local em que esteve inserido.

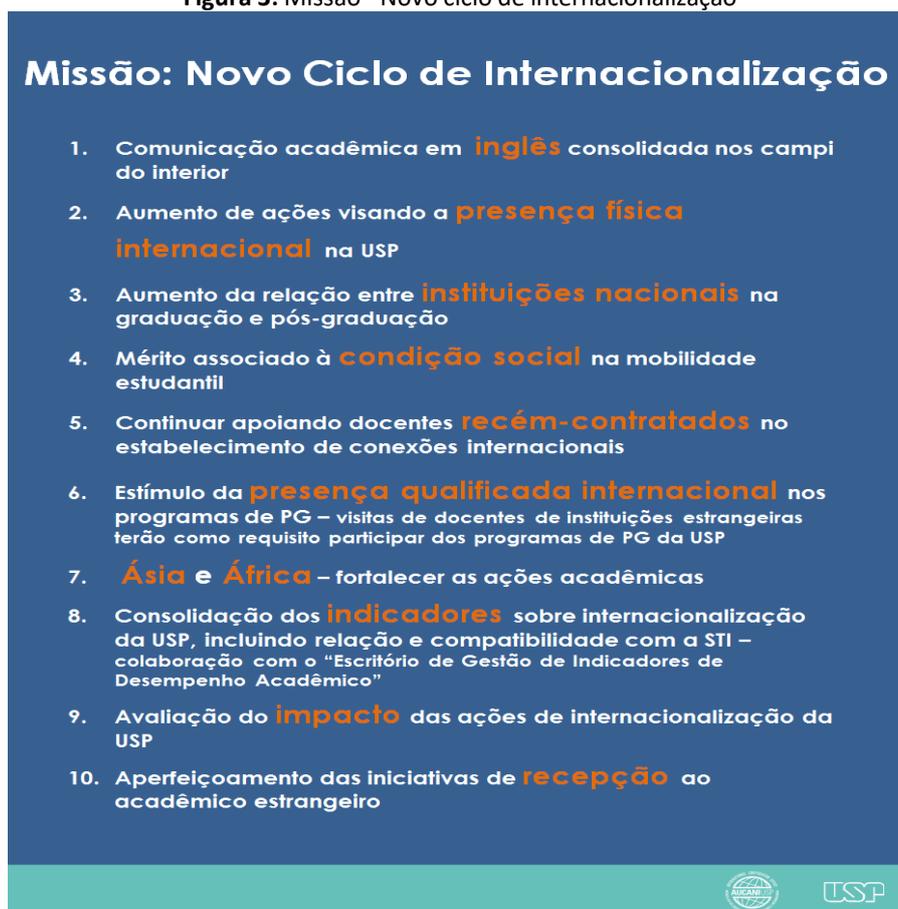
A prática da Universidade de Šiauliai quanto ao oferecimento de disciplinas aos alunos estrangeiros, é apenas um exemplo do *modus operandi* que está sendo adotado pelas universidades que praticam o modelo de CIT.

De maneira análoga, a Universidade de São Paulo vem empreendendo esforços para incentivar a internacionalização pelo viés da política de homogeneização

linguística promovida pela Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI)⁴.

No site da agência, de maneira destacada, há o seguinte *folder* intitulado “Missão: Novo Ciclo de Internacionalização”.

Figura 3: Missão - Novo ciclo de internacionalização



Fonte: Imagem extraída do sítio eletrônico da AUCANI: < <http://internationaloffice.usp.br/> >.
Acesso em 19 abril 2019

Nele há 10 itens enumerados que seriam os desafios dessa missão. O primeiro desafio que inaugura a lista é: “Comunicação acadêmica em **inglês** consolidada nos

⁴ A Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI) é o órgão que estabelece as diretrizes e as políticas de internacionalização da universidade. Vinculadas à AUCANI, cada faculdade da universidade têm uma Comissão de Cooperação Internacional (CCInt) ou uma Comissão de Relações Internacionais (CRInt), que se dedicam às ações de internacionalização das suas instituições. Embora as faculdades, por meio de suas CCInts, tenham autonomia para elaborar seus editais de intercâmbio e estabelecer os critérios de seleção internamente, é a AUCANI que institui as normas de seleção para os editais com bolsa ou algum auxílio financeiro.

campi do interior” (AUCANI, s/d, “grifo nosso”).

Para que essa meta seja atingida, não apenas nos *campi* do interior, mas em São Paulo, as políticas linguísticas fomentadas pela AUCANI privilegiam o ensino do inglês em detrimento de outras línguas, por meio da oferta de cursos desse idioma para a comunidade acadêmica.

Cursos de espanhol, italiano, francês e mandarim são eventualmente ofertados, na modalidade virtual. Esses cursos, geralmente são ofertados em parceria com outras instituições estrangeiras – como Universia ou Santander –, que elaboram um formato de curso padrão, em que não há um professor de língua para acompanhar a aprendizagem dos estudantes.

Como forma de estimular uma política linguística monolíngue, além do oferecimento dos cursos de inglês, há outras ações que reforçam essa política, como a exigência da proficiência em inglês para intercâmbio em países cuja língua oficial é outra.

Uma nova e crescente medida que vem sendo adotada pela USP é a exigência de que disciplinas sejam integralmente ministradas em inglês como critério de seleção de candidatos docentes a alguns editais. Esse critério também está sendo usado na concessão de auxílios financeiros para a realização de diversas atividades acadêmicas, sobretudo as atividades de pesquisa envolvendo universidades estrangeiras.

No entanto, o cotidiano da própria universidade retrata uma realidade cujas necessidades linguísticas não são contempladas pelas políticas adotadas. A maior parte dos estudantes estrangeiros que a USP recebe são oriundos de IES da América Latina tanto na graduação como na pós-graduação (USP/VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, 2019).

No ano de 2018, a USP recebeu 1.687 estudantes regulares estrangeiros na Pós-Graduação. Os lugares dos quais esses estudantes eram provenientes totalizaram 81 países. Os 10 países cujas IES mais enviaram estudantes foram Colômbia, com 446; Peru, com 323; Equador, com 112; Cuba, com 80; Chile, com 68; Argentina, com 38; Portugal, com 37; Itália, com 37; Bolívia, com 36; e Venezuela, com 31. Isso representa

um percentual de 95% de estudantes latino-americanos em detrimento a 5% de estudantes de Portugal e Itália.

Se examinarmos os países de onde os 1.687 estudantes são provenientes e os segmentamos em dois grupos, temos 1.262 estudantes de IES latino-americanas e caribenhas, e 351 estudantes de IES de outros países e continentes:

Isso representa o percentual de 78% de estudantes oriundos de IES latino-americanas e caribenhas em detrimento a 22% de estudantes de IES dos outros 58 países. Logo, os dados estatísticos comprovam que ministrar disciplinas integralmente em inglês, poderia ser uma das medidas nas políticas de internacionalização, mas não a principal. Se a universidade objetivasse acolher esses estudantes na língua em que são proficientes, as disciplinas deveriam ser ministradas em espanhol, e não em inglês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, podemos concluir que apesar dos esforços para que as universidades brasileiras adotem os modelos de internacionalização propostos pelos *rankings* e organismos internacionais, esse modelo não reflete a realidade das IES nacionais cujos processos de internacionalização respondem ao contexto de globalização dos mercados e do capitalismo acadêmico que legitima a superioridade de determinadas IES da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, reproduz a desigualdade e reitera a dependência das IES de lugares periféricos na produção de conhecimento.

A Universidade de São Paulo acaba por reproduzir esse mesmo modelo sem questionar-se e sem analisar seus próprios dados. Como evidenciado anteriormente, os dados mostram que a realidade acadêmica da universidade necessita de outro modelo de internacionalização. Não tem sentido ministrar aulas em inglês quando o corpo discente da pós-graduação é composto por 95% de estudantes latino-americanos.

A oferta de cursos de Português aos alunos estrangeiros ainda é uma medida tímida, que necessita de maior esforço e investimento por parte da AUCANI e da



universidade. Qualquer estudante estrangeiro deveria ter a possibilidade de estudar a língua portuguesa durante a sua permanência no país.

Esta medida além de permitir maior imersão cultural no contexto brasileiro dentro e fora da universidade oportunizaria o estreitamento das relações entre a USP e a IES a qual aluno é vinculado, uma vez que esse aluno poderia vir a tornar-se uma ponte de comunicação entre as instituições.

Outra medida consonante aos dados estatísticos já expostos seria a oferta de cursos de espanhol e de francês aos docentes e a estudantes da USP de maneira a fortalecer e incentivar possibilidades de pesquisas conjuntas com as IES latino-americanas caribenhas e também africanas que, devido ao mesmo processo de dominação colonial que sofremos, têm como língua oficial o inglês amplamente fomentado -, o espanhol, o francês e o português.

Ademais, a USP é a universidade com maior variedade de línguas ofertadas no curso de Letras, tanto no bacharelado quanto na licenciatura. O curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas oferece habilitações em alemão, árabe, armênio, chinês, coreano, espanhol, francês, grego, hebraico, inglês, italiano, japonês, latim, linguística, português e russo, no entanto a universidade não faz uso da sua própria expertise para fomentar uma política linguística plurilíngue.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip; TEICHLER, Ulrich. Internationalization and Exchanges in a Globalized University. **Journal of Studies in International Education**, vol. 5, n.1, mar. 2001, pp. 5-25.

CABELLO, Andrea Felipe et al. Rankings Universitários Internacionais: evidências de vieses geográficas e orçamentárias para intuições brasileiras. **Avaliação**, Sorocaba, v.24, n.3, p.637-657, set., 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300637&lng=es&nrm=iso>. Acesso e 20 out. 2019.

CHARON, Antoinette; WAUTERS, Jean-Pierre. University ranking: a new tool for the evaluation of higher education in Europe. **Nephrology Dialysis Transplantation**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 62- 64, 2008.

DIDRIKSSON, Axel. **Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latino y el Caribe**. UNESCO. La educación superior en el siglo XXI. Visión de América Latina y el Caribe. Tomo 1, CRESALC-UNESCO, Caracas, 1997, pp.1115-1141

GIBBONS, Michael et al. **La nueva producción del conocimiento**: La dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas. Barcelona: Ediciones Pomares, 1997.

FIORIN, José Luis. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988. v. 1.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v.8, no 1, 2004.

_____. **Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux**. In: OCDE. L'enseignement supérieur en Amérique latine: la dimension internationale. Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique, 2005. p. 11-45.

KRAWCZYK, Nora Rut. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 4, p. 41– 52, jul./dez 2008. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n4_5.pdf. Acesso em: 13 jul 2020.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior**: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em Administração) - Curso de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva, **Avaliação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

MARGINSON, Simon. University Rankings and Social Science. **European Journal of Education**, Paris, v. 49, n. 1, p. 45-59, 2014.

MARTINEZ, Juliana Zeggio. **Entre fios, pistas e rastros**: os sentidos emaranhados da internacionalização da Educação Superior. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde- 07082017-162157. Acesso em: 2020-02-17



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128p.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MIÚRA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento**. 2006. 365 f. Tese (Livre Docência em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Editora UFPR

_____. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em revista**. Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 93-112. abr. 2011.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PATI, Camila. 36 universidades do Brasil entraram no maior ranking educacional do mundo. **Revista Exame**. Edição de 26 set. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/36-universidades-do-brasil-entraram-no-maior-ranking-educacional-do-mundo/>. Acesso em: 08 mar. 2019.

PENNYCOOK, Alastair. **Global englishes and transcultural flows**. London and New York: Routledge, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7GVyWedo95cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=mignolo&f=false. Acesso em: 20 jul. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L. Expanding and Elaborating the Concept of Academic Capitalism. **Organization**, Sage, v. 8, n. 2, 2001.

STIER, Jonas. Taking a critical stance toward internationalization ideologies in higher education: Idealism, instrumentalism and educationalism. **Globalisation, Societies and Education**, vol. 2, n. 1, p. 83–97, mar. 2004.

UNESCO. **Documento de política para el cambio y el desarrollo en la educación**

superior. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1995. P. 42-46.

USP/VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO. **Anuário Estatístico 2019 USP.** Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VUILLETET, Guillaume. Comparaison internationale des politiques d'accueil des étudiants étrangers: quelles finalités? Quelles moyens? Paris: **Conseil Économique et Social**, n. 24, 2005.

Data da submissão: 24/09/2024

Data do aceite: 10/10/2024